



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2024

No dia primeiro de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, no Plenário Osvaldo Nogueira, da Câmara Municipal de Camaçari, teve início a Audiência Pública com o objetivo de apresentar a LOA 2024. Estavam presentes, os vereadores Dedel Reis, Dr. Samuka, Flávio Matos, Gilvan Souza, Jamelão, Niltinho, Tagner Cerqueira, Vaninho da Rádio e Vavau. Presidindo a audiência, o vereador Niltinho convidou o secretário da SEGOV, Sr. José Gama, para explanar suas considerações iniciais. Em seguida, convidou o Sr. Alisson Emanuel, diretor da SEFAZ Camaçari para fazer suas explicações. Com a palavra, ele declarou que os objetivos da audiência pública seriam os de fazer cumprir as regras legais e incentivar a participação social na elaboração das peças de planejamento, tendo como fundamentação legal, a Lei Orgânica do Município de Camaçari e o artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), que dizia sobre o “incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”, além também, do artigo 44 da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), que dizia que “no âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.”. Informou sobre o início da participação popular e da publicidade com a publicação do edital para consulta pública no último dia 20 de julho até o dia 25 de agosto. Apresentou os instrumentos constitucionais de planejamento de iniciativa do Poder Executivo, que são: o plano plurianual (PPA), constituído de Programas com Metas e Indicadores para 4 anos; as diretrizes orçamentárias (LDO) que explicitaria as metas para cada ano; e os orçamentos anuais (LOA) que proveria recursos para a execução das ações necessárias ao alcance das metas. Apresentou a definição de “orçamento”, explicando que a palavra “orçar” significava calcular, avaliar, fazer estimativa de gastos, aproximar-se, chegar ou atingir, ou seja, todo orçamento calculava projeção de gastos a partir da previsão de recursos disponíveis.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

Lembrou da estrutura do projeto de lei, sendo: mensagem, onde o Poder Executivo apresentava em linhas gerais a proposta do Projeto da LOA ao Poder Legislativo; texto do projeto de lei, o conteúdo da lei que estimava a receita e fixava a despesa para o exercício financeiro e dava outras providências; e os anexos da Lei nº 4.320/1964, que discriminariam a receita e a despesa de forma a evidenciar a política financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, da universalidade e da anualidade. Em seguida, apresentou o quadro de receita prevista para o município em 2024, sendo R\$ 2.212.047.255,00 em receitas correntes (entre impostos, taxas e contribuições de melhoria, contribuições, receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes), R\$ 201.338.836,00 em receitas de capital (entre operações de crédito, transferências de capital e outras receitas de capital) e R\$ 131.646.413,00 em contribuições, com uma dedução de receita em R\$ 169.596.574,00, totalizando R\$ 2.375.435.930,00 em receita prevista. Logo após, apresentou o quadro de natureza da despesa, sendo R\$ 1.921.983.067,00 em despesas correntes (entre pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes), R\$ 367.887.156,00 em despesas de capital (entre investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) e R\$ 85.565.707,00 em reservas, totalizando R\$ 2.375.435.930,00. Finalizou, detalhando os recursos destinados a cada órgão (entre secretarias, gabinete do vice-prefeito, controladoria geral do município, prefeitura avançada da costa de Camaçari, Câmara Municipal e procuradoria geral do município) e por função (entre legislativa, administração, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, indústria, comércio e serviços, transporte, desporto e lazer, encargos especiais e reserva), além também, por programa e por fonte de recurso. Em seguida, o presidente da audiência pública, vereador Niltinho, concedeu a oportunidade de fala ao secretário de saúde, o Dr. Elias Natan. Com a palavra, o secretário informou que dentre o eixo do desenvolvimento social, que tinha como diretriz melhorar o acesso da população aos serviços de saúde, nos diversos níveis de atenção com qualidade e equidade, elegendo a Atenção Básica como ordenadora do sistema e coordenadora do cuidado, desenvolvendo ações de prevenção, promoção, tratamento, recuperação e reabilitação em saúde aos munícipes de Camaçari,



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

priorizando uma estrutura de administração e um modelo de gestão resolutivo e eficiente, o programa Saúde com Qualidade ao Alcance de Todos tinha em suas áreas temáticas, a Atenção Primária, a saúde bucal, promoção à saúde, assistência farmacêutica, atenção especializada, vigilância em saúde e administração e gestão. Em atenção primária, destacou a atenção hospitalar, urgência e emergência, atenção especializada, vigilância e monitoramento e vigilância sanitária. Dentre as ações, destacou a ampliação da cobertura de agentes comunitários, onde foram produzidas diversas normativas técnicas para qualificar o processo de territorialização, informando que as microáreas dos ACS foram divididas e desenhadas de forma digital, utilizando o Google Earth; a ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família, com 2 ESFs na Gleba B, 3 ESFs em Camaçari de Dentro, 1 ESF em Algarobas, 3 ESFs no Gravatá e 2 ESFs na Gleba E; a ampliação da cobertura informatizada de atenção primária à saúde (APS), com integração da rede de atenção para otimizar as consultas dos usuários, diminuir as solicitações e prescrições repetidas e melhorar a qualidade do registro dos dados; e a implantação de gerência, com melhoria da gestão dos serviços de saúde e ampliação de receitas. Em saúde bucal, destacou o atendimento e o acompanhamento odontológico, o ponto de apoio para confecção de próteses, o serviço especializado com tratamento de casos mais complexos encaminhados pela USF ou UOM e o hospital com atendimento a emergências odontológicas e às pessoas com necessidades especiais. Dentre as ações em saúde bucal, destacou a ampliação da cobertura de saúde bucal na atenção básica com 2 ESBs em Camaçari de Dentro, 1 ESB na Gleba B, 3 ESBs no Gravatá e 2 ESBs na Gleba E; a implantação da urgência odontológica 24 horas na UPA; a implantação do serviço de especialidades odontológicas na Costa, com o entendimento do perfil de adoecimento da comunidade para planejamento das especialidades; e a qualificação da rede de atenção à saúde bucal, nos processos de trabalho de treinamentos, seminários e rodas de conversa. Em promoção da saúde individual e familiar, citou seus objetivos: banir qualquer tipo de violência; frequentar a escola ou formação profissional; praticar uma alimentação equilibrada; praticar exercício físico; cuidar da higiene corporal diária; dormir o suficiente; gerir o estresse; assegurar a vigilância médica; não fumar nem consumir drogas/álcool e cumprir o calendário de vacinação. Dentre as ações de promoção à saúde, destacou a implantação de pólo de academia



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

da saúde, onde foram mapeados terrenos públicos e o projeto de captação de recursos vinha sendo cadastrado junto ao MS; a implantação da sede do núcleo de prática integrativa e complementar, cuja estrutura do núcleo de PICS vinha sendo revisada e a programação de ações sendo definida; a implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com o cultivo e a orientação sobre uso de plantas medicinais no Horto Florestal e a incorporação de fitoterápicos na REMUME. Em assistência farmacêutica, lembrou que o foco era o medicamento, enquanto que na atenção farmacêutica o foco era o paciente. Dentre as ações em assistência farmacêutica, destacou a ampliação da dispensação informatizada das unidades com farmácia, que qualificava o controle de estoque dos medicamentos e permitia a integração entre a rede que acompanhava o paciente; e a ampliação da oferta de cuidado farmacêutico. Em atenção especializada, nos quesitos qualificação/educação, informação, regulação e promoção e vigilância à saúde, destacou a Rede Cegonha, a Rede de Atenção Psicossocial, a Rede de Atenção às Urgências e Emergências, a Rede de Atenção às doenças e condições crônicas e a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência. Dentre as ações em atenção especializada, destacou a implantação do Multicentro de Especialidade em Abrantes e na sede em 2024; a ampliação dos serviços de laboratório e de bioimagem, com ampliação de oferta regular e implantação do Centro de Cirurgias Eletivas em 2023; a implantação do serviço de atenção domiciliar, uma forma de atenção à saúde oferecida na moradia do paciente e caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada à rede de atenção à saúde pelas equipes multiprofissionais e de apoio ao serviço de AD; a implantação da unidade de acolhimento transitório (UAT), que oferecia cuidados contínuos de saúde, com funcionamento 24 horas, em ambiente residencial, para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, de ambos os sexos, que apresentassem acentuada vulnerabilidade social e/ou familiar e demandassem acompanhamento terapêutico e protetivo de caráter transitório cujo tempo de permanência fosse de até seis meses, informando, também, que o acolhimento na Unidade de Acolhimento seria definido exclusivamente pela equipe do CAPS de referência, que seria responsável pela elaboração do projeto terapêutico singular do usuário, considerando a hierarquização do cuidado e



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

priorizando a atenção em serviços comunitários de saúde. Em vigilância em saúde, apresentou as áreas de vigilância sanitária e ambiental, vigilância epidemiológica, centro de referência em saúde do trabalhador e Centro de Controle de Zoonoses. Dentre as ações em vigilância em saúde, destacou a implantação de ferramenta eletrônica para notificação de agravo que identificaria os CIDs dos atendimentos em saúde para qualificar a vigilância dos agravos; a ampliação dos serviços de vigilância laboratorial, incluindo assistência médica de alta complexidade; a reestruturação da vigilância sanitária, salientando que considera-se a vigilância ambiental como o processo contínuo de coleta de dados e análise de informação sobre saúde e ambiente, com o intuito de orientar a execução de ações de controle de fatores ambientais que interferissem na saúde e contribuíssem para a ocorrência de doenças e agravos, além de contemplar as ações executadas pelo setor de saúde e, também, ações de outros setores promovidas e articuladas com este setor; a qualificação da gestão dos serviços da vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e do CEREST regional, em meio a treinamentos, seminários e rodas de conversa. Finalizou, informando dentre as ações de administração e gestão, destacando a construção de unidades de saúde, como a Academia da Saúde, a USF Nova Aliança e a UPA dos PHOCs; a implantação da Escola de Saúde, com convênio de cooperação técnica com instituição de ensino para formalizar o programa municipal de residências em saúde e os treinamentos para os trabalhadores do SUS; a qualificação da infraestrutura da rede das unidades de saúde básica; a qualificação da atenção especializada (hospitalar e ambulatorial e da rede de atenção às urgências e emergências) e a ampliação da qualificação da rede de dados (MPLS) dos serviços de saúde. Em seguida, com a oportunidade de fala, a secretária da cultura, Sra. Márcia Tude iniciou sua explanação informando que em junho/2022 foi instituída a Lei nº 1748, que estabelecia o Plano Municipal de Cultura para o decênio 2022-2032, concebido em parceria com a sociedade civil e o Conselho Municipal de Cultura, e que o plano passava a ser, portanto, o principal instrumento orientador do Programa Cultura Todo Dia na definição das metas e ações da gestão cultural do município, cujo desafio seria demonstrar que tais metas e ações estavam alinhadas ao orçamento municipal, de modo que, ao cumprir o referido programa, estariam também cumprindo a lei do plano. Em seguida, apresentou as dimensões do Plano: a simbólica, que abordava a



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

potencialidade humana de criar símbolos e de se expressar nas mais diversas práticas culturais, fossem individuais ou coletivas; a cidadã, que assegurava o acesso à memória, à cultura e à arte, sendo uma condição para o exercício pleno da cidadania e formação dos valores sociais; e a econômica, que garantia a geração de emprego e renda, estimulando a formação de redes produtivas na perspectiva de um desenvolvimento social justo e sustentável. O Plano também seguia eixos estruturantes em: acesso aos produtos, serviços, bens e informações culturais (diretrizes I a III); fomento em apoio e incentivo financeiro para a realização de atividades culturais (diretrizes IV a X); implantar políticas de benefícios para os agentes culturais (diretriz XI); implantação de sistemas de qualidade nas atividades culturais (diretrizes XII e XIII) e economia, no desenvolvimento de ações de geração de emprego e renda para os agentes culturais (diretriz XIV). Sobre o programa Cultura Todo Dia, informou que seu princípio básico era garantir o direito à cultura, previsto na Constituição Federal, reconhecido no Brasil através de documentos e pactos dos quais o município de Camaçari era signatário, e com implementação em 3 fases, sendo a fase 1, a garantia do direito à cultura/acesso (2018 – 2021), a fase 2, qualidade e benefícios (2022 – 2025) e a fase 3, diversidade, equidade e inclusão (2026-2029) e tendo como subprogramas, o “Camaçari: Cultura Todo Dia”, o “Camaçari Nos Trilhos da Memória”, o “Camaçari Cidade Cidadã”, o “Vamos Ler, Camaçari”, o “Camaçari tem Cena” e o “Camaçari Nova Cultura”. Apresentou as ações do subprograma Cultura Todo Dia: aproximar a atividade cultural do dia-a-dia do cidadão através de ações estruturantes (revitalização do centro histórico); democratizar o acesso à cultura através de mais de 20 editais, através das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc; implantar os benefícios culturais Bolsa Cultura e Vale Cultura; aquisições de bens e serviços para o CMCC; observatório de dados culturais e realizar conferências de cultura. Apresentou as ações do subprograma Camaçari Nova Cultura: implantar um sistema integrado de gestão cultural; capacitar servidores da cultura na área tecnológica (Mapa Cultural, ambiente de nuvem e tecnologia aplicada às ações culturais); fomentar as ações do LabTech (oficinas); e a realização do 2º Campeonato de Robótica do LabTech Camaçari Nova Cultura. Apresentou as ações do subprograma Camaçari Nos Trilhos da Memória: promover a proteção do patrimônio cultural do município, através de tombamento, requalificação e revitalização (arquivo histórico, museu,



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

cineteatro, tombamento da estação ferroviária de Parafuso, salvaguarda da Igreja do Divino Espírito Santo em Vila de Abrantes e notificação de tombamento da estação do Centro Antigo e do Terreiro de Uonzó em Jauá); preservar e manter a memória cultural do município (aquisição de equipamentos e manutenção contínua); promover a proteção do patrimônio cultural do município através de registros do patrimônio imaterial e fomentar a educação patrimonial no município (Fotografe Camaçari, Museu Camassary, arquivo histórico e cineteatro). Durante a explanação, a secretária solicitou ao secretário da SEGOV, Sr. José Gama, que ajudasse a SECULT nos trâmites da digitalização da memória do arquivo histórico do município. Apresentou as ações do subprograma Vamos Ler, Camaçari: democratizar o acesso ao livro e à leitura e revitalizar bibliotecas; conquistar novos espaços de leitura na sede e na costa com o Baú da Cultura; fomentar a leitura e a formação de mediadores através da Festa Literária de Camaçari, seminários, cursos e o Café Cultural; e realizar atendimentos diretos e indiretos por meio de oficinas e atividades lúdicas e recreativas na sede e na costa, através dos Oficineiros. Apresentou as ações do subprograma Camaçari Tem Cena: fortalecer a cadeia produtiva das artes cênicas e estimular a formação de plateia e realizar mostras, festivais e concursos culturais (Projeto Sexta da Música, Mostra Cultural da CDS, concurso cultural “A Voz de Camaçari”, Vila da Cultura, Encontros Harmônicos, projeto Costa Verão e VI Festival de Cultura e Arte) e realizar ações educativas para formação de plateia (concertos públicos da orquestra Caraípa e vinhetas “Viva Cultura Popular”). Finalizou, apresentando o subprograma Camaçari Cidade Cidadã: reforma da Cidade do Saber (troca do sistema de refrigeração do TCDS, ginásio (piso, pintura e troca de rede), pintura completa (interna e externa), reservatório de água, execução do plano de combate ao incêndio e reativação do sistema de para-raios); manutenção das atividades da Cidade do Saber; promover a continuidade e a melhoria das atividades nos equipamentos culturais (Pracinha da Cultura, TV Camaçari Cultura, biblioteca de Vila de Abrantes, biblioteca infantojuvenil, biblioteca Jorge Amado, Barracão Cultural, Teatro Alberto Martins, Museu Camassary, Museu Única, Conservatório de Música, Memorial do Polo, Centro Cultural de Barra de Pojuca e Centro Cultural de Vila de Abrantes com aquisição e manutenção de equipamentos, insumos, fardamentos, mobiliário e acervos) e descentralizar a cultura (Centro Cultural de



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

Barra de Pojuca, democratizar a programação da TV Camaçari Cultura através de edital de ocupação e ofertar cursos culturais na sede e na costa de Camaçari). Logo após, com a oportunidade de fala, a subsecretária de Esporte, Lazer e Juventude de Camaçari, Sra. Dilma Mendes apresentou em vídeo os trabalhos realizados pela SEJUV durante o período. Em seguida, com a oportunidade de fala, o subsecretário de educação, Sr. Francisco Lima explanou sobre o programa Mais e Melhor Educação: tecnologias e inovação pedagógica - “Reimaginar o futuro presente de Camaçari, juntos”, apresentando inicialmente o PPA 2022-2025, com 10 objetivos e 22 metas, sendo o objetivo 1: promover gestão qualificada das ações da SEDUC, que tinha como meta, garantir a eficiência institucional da secretaria da educação no atendimento à rede de ensino, tendo como ações, o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão tecnológica da rede municipal, com vistas à modernização do parque tecnológico das unidades escolares e do órgão central da secretaria da educação; garantia de conectividade e infraestrutura digital nas unidades escolares, unidades administrativas descentralizadas e órgão central, visando melhoria de atendimento à população e otimização dos processos administrativos e pedagógicos; o fortalecimento da autonomia das unidades escolares municipais e descentralização das ações referentes à manutenção e conservação da rede municipal de ensino; garantia da efetividade da autonomia financeira (Programa de Descentralização de Dinheiro Direto para escola municipal); a regularização de dominialidade fundiária das unidades escolares e a promoção de gestões de apoio às unidades escolas na elaboração e execução dos seus Projetos Político Pedagógicos (PPP). Objetivo 2: elevar a qualidade da educação infantil, que tinha como metas, atender até 2025, o percentual de 40% das crianças em idade entre 12 meses a 5 anos e 11 meses, nos centros integrados de educação infantil, unidades escolares com oferta da educação infantil, escolas comunitárias e com contratualização de vagas, tendo como ações, a implementação do sistema próprio de ensino; a implantação e a implementação de políticas públicas para a educação do campo e quilombola, para o segmento da educação infantil; a criação do Indique Educação Infantil Camaçari (sistema de avaliação e monitoramento) e a aquisição de mobiliários para os diferentes espaços das unidades escolares. Objetivo 3: universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos, tendo como ações, a



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

implementação do sistema próprio de ensino; garantia da alfabetização dos estudantes na idade certa; garantia da implantação e funcionamento dos espaços multimeios, visando combater o nativismo digital, fortalecendo a política de tecnologias e inovações educacionais; implantação e implementação de políticas públicas para a educação do campo e quilombola, para o ensino fundamental (anos iniciais e finais). Objetivo 4: oferecer a educação integrada e em tempo integral, nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental, tendo como ações, a implantação do ensino da língua inglesa e educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, em observância ao referencial curricular municipal; formação de lideranças estudantis; criação do Indique Ensino Fundamental Camaçari (sistema de avaliação e monitoramento da oferta e das aprendizagens; formação de equipe multidisciplinar; aquisição de acervo impresso e digital para compor as bibliotecas e/ou salas de leitura e espaços multimeios; construção e/ou cobertura de quadras poliesportivas; implantação e implementação de projetos do brincar, de música, atividades esportivas e culturais na escola e em outros espaços públicos; garantia da implantação e funcionamento dos espaços multimeios, visando combater o nativismo digital, fortalecendo a política de tecnologias e inovações educacionais; implementação de projetos do Programa de Saúde na Escola, garantindo a criação de uma rede de apoio aos estudantes da rede municipal, decorrente do enfrentamento da pandemia do COVID-19, visando à saúde mental e acompanhamento psicossocial; a reestruturação do sistema próprio de ensino com foco para a educação de tempo integral, alinhada à base nacional comum curricular; implantação, implementação e funcionamento de espaços multimeios; revisão e implementação do referencial municipal curricular alinhado à base nacional comum, com foco nas relações étnico-raciais, inclusão e regionalização; revisão do projeto político-pedagógico (PPP); diário de classe online; cadernos pedagógicos da rede municipal e segurança alimentar e nutricional. Objetivo 5: implantar política pública de combate à distorção idade/ano, por meio de projeto de regularização de fluxo escolar. Objetivo 6: garantir políticas públicas para a educação inclusiva, considerando os estudantes com necessidades educacionais especiais, além das temáticas relacionadas à etnia, gênero e sexualidade. Objetivo 7: garantir a execução de políticas públicas para a erradicação do analfabetismo por meio da educação de jovens, adultos e idosos.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

Objetivo 8: garantir a valorização profissional e a formação continuada no contexto de trabalho para os profissionais da educação da rede municipal, tendo como ações, garantir a efetividade do afastamento do servidor para curso, sem prejuízo dos direitos e vantagens inerentes à função, bem como os avanços funcionais; criação de política pública destinada à valorização dos profissionais da educação das unidades escolares que atingirem metas de desempenho estabelecidas para a rede; realização de concurso público para preenchimento de vagas para profissionais da educação, inclusive psicólogos e assistentes sociais; e revisão da legislação que tratava do provimento dos cargos de diretor e vice-diretor, harmonizando-a com critérios técnicos de mérito e desempenho, considerando-se o cumprimento das condicionalidades previstas na Lei nº 14.113/2020 (Lei do novo FUNDEB). Objetivo 9: promover ações de prevenção à doença ocupacional dos profissionais da educação e o objetivo 10: fortalecer a autonomia dos conselhos vinculados à área da educação. Finalizou sua explanação, apresentando as ações estruturantes: estruturação do sistema próprio de ensino e formação docente; reelaboração do referencial curricular de Camaçari; instituição das comissões de professores e professoras especialistas; fórum de estudantes; ateliês de estudo; programa de formação para (re)elaboração dos projetos políticos-pedagógicos (PPP) e programa de formação para lideranças educacionais. Em seguida, o presidente da audiência pública, vereador Niltinho, concedeu a oportunidade de fala aos cidadãos inscritos, que questionaram tópicos relacionados à elaboração da LOA. Logo após, o presidente concedeu a oportunidade aos vereadores inscritos. Com a palavra, o vereador **Tagner Cerqueira** declarou que a diversificação da matriz econômica era importante, considerando outros setores como a educação, o turismo e o desenvolvimento social, e que, por isso, o orçamento não deveria depender apenas de uma fonte de receitas, como o Polo Petroquímico, realçando a necessidade de uma gestão de governo responsável; que a colaboração entre o governo e o município seria crucial para construir uma cidade que melhorasse e progredisse continuamente; reconheceu a importância da cultura e o retorno do Ministério da Cultura para apoiar, não só a educação e a saúde, mas também, as artes, o esporte, as atividades sociais e o lazer; demonstrou preocupação com inconsistências na dotação orçamentária, particularmente, à disparidade significativa entre o orçamento da SECULT e



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

outras secretarias, causando tratamento desigual e, sugerindo assim, a necessidade de investir mais na cultura e fornecer financiamento adequado à esta secretaria, pois ela desempenhava um papel crucial na promoção e preservação das atividades culturais na cidade; que o orçamento atual para o turismo em Camaçari era insuficiente, sendo este de apenas R\$ 313.000,00 mensalmente; finalizou, ressaltando a necessidade de manutenção da Secretaria da Mulher, pois sua importância ia além da mera criação, acrescentando que o orçamento anual de R\$ 5 milhões não era suficiente para que esta funcionasse adequadamente. Com a palavra, o vereador **Vavau** manifestou preocupação com a alocação dos recursos obtidos para o município, via empréstimos, e também, dúvidas sobre se esses empréstimos estariam incluídos no orçamento da SEFAZ; questionou a disponibilidade e a acessibilidade dos serviços de saúde no município, principalmente, no que diz respeito à medicação e às consultas de exames; também questionou o significado e o propósito da prefeitura avançada no litoral; pontuou sobre a implementação de projetos turísticos, especificamente relacionados com a costa, e se os fundos alocados de R\$ 3.700.000.000,00 seriam utilizados de forma eficaz; sugeriu redirecionar recursos da secretaria da costa para a Secretaria de Turismo, a fim de impulsionar e garantir o sucesso das iniciativas turísticas na área; finalizou, mencionando a falta de inclusão na LOA, do pagamento dos salários dos servidores públicos no quinto dia útil. Com a palavra, o vereador **Jamelão** elogiou o êxito do trabalho dos secretários que fizeram suas explanações, assim como o de todas as suas equipes, cada qual em suas pastas, e em especial, ao Sr. José Gama, secretário de governo, reconhecido pela sua competência e capacidade de sanar dúvidas e questionamentos levantados por dois vereadores da oposição. Com a palavra, o vereador **Niltinho** parabenizou aos envolvidos na explanação da LOA 2024, agradecendo a presença e a participação de todos que se debruçavam para a realização de audiências públicas como esta, que tinham o objetivo de fazer com que a população sonhasse com dias melhores para a infraestrutura, o esporte, a saúde, a educação e em todas as outras pastas que necessitassem de uma boa gestão dos seus recursos financeiros. Em seguida, deu esta por encerrada, e eu, Silas Leal dos Santos, redator de debates, redigi a presente ata. Camaçari-BA, 01 de novembro de 2023.



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

Assinado por ANILTON JOSE MATURINO DOS SANTOS no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 16/01/2024 11:56:39 - 03:00

Assinado por VALDERIO DE JESUS REIS no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 22/01/2024 08:39:56 - 03:00

Assinado por TAGNER OLIVEIRA CERQUEIRA no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 22/01/2024 18:07:39 - 03:00

Assinado por EDEVALDO FERREIRA DA SILVA no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 02/02/2024 12:29:07 - 03:00

Assinado por MARIVALDO SANTOS AMORIM no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 02/02/2024 17:23:10 - 03:00

Assinado por GILVAN SILVA SOUZA no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 05/02/2024 10:52:10 - 03:00

Assinado por SAMUEL RODRIGUES DOS SANTOS no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 27/02/2024 15:03:19 - 03:00

Assinado por FLAVIO MARCUS DE AZEVEDO REIS no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 28/02/2024 08:51:34 - 03:00

Assinado por EVANILDO LIMA DA SILVA no LegisDigital. Verifique em <https://verificador.iti.gov.br/>
Data: 01/03/2024 10:57:49 - 03:00